



# Atentados tentam levar ditadura à radicalização

Com a abertura política em curso, elementos extremistas, de dentro e de fora do governo, recorrem à violência das bombas para impedir a redemocratização — e solapar a sucessão do último general presidente

» FABIO GRECCHI

A eleição de Tancredo Neves para presidente da República, no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, representou mais do que somente o epílogo da ditadura. Foi a vitória da articulação política e do diálogo entre atores nem sempre alinhados ideologicamente, mas, sobretudo, a derrota dos radicais militares e civis. A desarticulação e as discordâncias no governo de João Baptista Figueiredo permitiram que grupos ligados à tortura tentassem, via terrorismo à sombra do Estado, estabelecer o caos para que o processo de redemocratização fosse interrompido. A estimulá-los, pelo endosso ou pela omissão, personagens de altas patentes — um atestado da indisciplina que grassava no Exército.

A abertura política vinha sendo conduzida, a passos cuidadosos, por políticos ligados aos governos ditatoriais. O expoente dessas articulações era o senador Petrônio Portela (Arena-PI). Desde 1977, por orientação do então general presidente Ernesto Geisel, ele viajava pelo Brasil para ouvir entidades representativas da sociedade e colher delas propostas que julgavam necessárias à retomada democrática — movimento que ficou conhecido como Missão Portela. E, por isso, era malvisto entre muitos fardados.

A menção à redemocratização ardia ao ser pronunciada entre setores militares e civis, que discordavam do processo por acreditarem que os generais presidentes desviaram-se dos ideais da “revolução redentora” de 1964. Para eles, era preciso endurecer o regime e evitar que a marcha pela volta do Estado de Direito ganhasse tração. Tal retomada era entendida, entre os extremistas, como o avanço da ameaça comunista. E contra isso haveria resistência.

### “Prendo e arrebento”

Figueiredo tinha pleno conhecimento de que seria difícil domar os radicais. Era preciso mandar recado. Na primeira entrevista concedida depois de eleito presidente, em 15 de outubro de 1978, pelo Colégio Eleitoral — a chapa formada com o engenheiro Aureliano Chaves recebeu 355 votos contra os 226 dados à integrada pelo general Euler Bentes Monteiro e o jurista Paulo Brossard —, disse de forma claríssima que não aceitaria retrocessos. “Você acha que estou mentindo quando prometo? Há quatro meses que não faço outra coisa. Na hora que sou eleito, vocês (jornalistas) vêm perguntar se é verdade. Imagina a ideia que o povo faria de mim se dissesse que ia pensar melhor”, respondeu o presidente, inicialmente.

O repórter, talvez percebendo irritação no tom de voz de Figueiredo, insistiu: “Então, é para abrir mesmo?”

“É para abrir mesmo. E quem quiser que não abra, eu prendo, arrebento. A minha reação, agora, vai ser contra os que não quiserem a abertura”

**General presidente Figueiredo aos adversários da abertura**

**Ditadura mata. Ditadura vive da morte — não apenas da sociedade, da democracia —, mas de seres humanos de carne e osso”**

**Ministra Cármen Lúcia, do STF, na sessão na qual a Corte aceitou a denúncia da PGR que tornou Jair Bolsonaro réu por tentativa de golpe**

“É para abrir mesmo. E quem quiser que não abra, eu prendo, arrebento. A minha reação, agora, vai ser contra os que não quiserem a abertura”, lembra Bernardo Braga Pasqualette, em *Me esqueçam — Figueiredo, a biografia de uma Presidência*.

O general, famoso por ser irascível e impaciente, assume o poder em 15 de março de 1979, em cerimônia no Congresso. No discurso de posse, novo recado a setores reacionários: “Reafirmo, portanto, os compromissos (...) de assegurar uma sociedade livre e democrática. (...) Reafirmo: é meu propósito inabalável — dentro daqueles princípios — fazer deste país uma democracia. As reformas do eminente presidente Ernesto Geisel prosseguirão, até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública (...). Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação. Para que os brasileiros convivam pacificamente. Para que as divergências se discutam e se resolvam na harmonia e na boa vontade”.

Em 28 de agosto, Figueiredo promulgava a Lei 6.683/79, a Lei da Anistia — que perdoou crimes políticos, inclusive o de torturas e sevícias cometidos por agentes de Estado; abonou quem teve os direitos políticos cassados; e permitiu que dissidentes voltassem do exílio fora do Brasil.

A abertura política leva um grande susto com a morte de Petrônio, então ministro da Justiça, em 6 de janeiro de 1980 — personagem que vinha

trabalhando para garanti-la desde o governo Geisel. Somente neste ano, houve 46 atentados terroristas atribuídos aos extremistas inconformados com o rumo à redemocratização. Nessas ações, atacaram o Hotel Everest, no Rio, onde o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola estava hospedado (18 de janeiro); o escritório do advogado Heráclito Sobral Pinto (13 de março), um dos principais defensores dos direitos humanos durante a ditadura; e uma palestra do líder comunista Gregório Bezerra (22 de março).

Em 27 de agosto, no Rio de Janeiro, três cartas-bombas são detonadas com diferença de poucas horas: uma no jornal de esquerda *Tribuna Operária*, outra na Câmara dos Vereadores e mais uma na seção fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil. Esta matou a secretária Lyda Monteiro da Silva. As datas e os episódios foram coletados pelo coronel do Exército Dickson Graef e reunidos no livro *Aventura, corrupção e terrorismo — À sombra da impunidade*.

Para irritar os radicais ainda mais, em 13 de novembro uma emenda à Constituição acaba com as eleições indiretas para o Senado e estabelece pleito direto para os governos estaduais. Além disso, o pluripartidarismo avança com o PM-DB (nova iteração do MDB), PSD (a Arena de roupa trocada), PT, PP, PDT e PTB.

### Riocentro

Mas seria no ano seguinte que os agentes das sombras da ditadura se manifestariam mais violenta e ousadamente. Em 30 de abril de 1981, realizava-se um show musical em celebração ao Dia do Trabalho, organizado pelo Centro Brasil Democrático (Cebrade), no Riocentro — complexo de eventos, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Estava reunida a nata da Música Popular Brasileira: Luiz Gonzaga, Gonzaguinha, Alceu Valença, Clara Nunes, Djavan, Ivan Lins, Gal Costa, Fagner, João Bosco, Ney Matogrosso, Paulinho da Viola, Simone, Beth Carvalho, entre outros. Todos críticos, em maior ou menor grau, à ditadura e defensores da redemocratização. Na plateia, estudantes e pessoas de todas as idades.

Por volta das 21h20, na apresentação da paraibana Elba Ramalho, ouve-se um estrondo. Segundo o inquérito policial-militar (IPM) que investigou o episódio, havia no local 9.892 pessoas. Do lado de fora, no estacionamento, a cena chocante: o Puma (o esportivo elegante da época) placa OT-0279 destruído, com um homem gravemente ferido e outro morto no banco do carona — o sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário, codinome Wagner. Estava acompanhado do capitão do Exército Wilson Luís Chaves Machado, o Doutor Marcos, chefe da seção de operações

Anibal Philot/Agência O Globo



Arquivo/CB/D.A. Press



Newton e seu cavalo branco: golpes de rebenque na Esplanada contra as Diretas Já

Arquivo/CB/D.A. Press



Comício da Candelária. Sobral Pinto roubou a cena ao ler trecho da Constituição

Luiz Marques/CB/D.A. Press



No gramado do Congresso, Diretas Já escrito pelos manifestantes contra a ditadura